

PROSTITUIÇÃO FEMININA: NOTAS SOBRE RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

PROSTITUTION OF WOMEN: NOTES ON SOCIAL RELATIONS OF GENDER

André Ramos Carloni*

Helen Barbosa Raiz Engler**

RESUMO: Este trabalho foi extraído da pesquisa de doutorado em Serviço Social do autor, onde se estuda as construções identitárias das prostitutas femininas com a transversalidade das relações sociais de gênero. Desta forma, tem-se que a prostituição, que pode ser entendida como o ato de entrega do corpo e do sexo a outrem em troca de dinheiro, e, deste modo, torna-se um “trabalho”, mesmo que não reconhecido oficialmente no Brasil, mas que muitos lutam para que o seja. Pode-se dizer a prostituição é algo que instiga a muitos, que é condenada por diversas pessoas mas também pode-se afirmar que é objeto de procura de vários. Dentro deste cenário, vê-se que a prostituição feminina constitui um grande negócio, tanto no sentido de amplitude, quanto no sentido de movimentação financeira. E é por meio desta “profissão” que pode-se perceber algumas representações sociais de mulheres e suas características de identidades, lembrando que, as construções identitárias se fazem em um determinado tempo e espaço. Desta forma, objetivou-se averiguar como se dá a conformação dos processos de formação da identidade frente à notória desigualdade de gêneros no cenário da prostituição feminina, dentre as diversas capitais dos Estados brasileiros no atual momento (2015/16). Para tanto, aprofundou-se em uma extensa pesquisa bibliográfica que abordou desde livros até artigos recentes e atualizados, filmes e reportagens online, visando a uma abordagem qualitativa. Assim, dentro de uma análise do método dialético, conseguiu-se reunir dados que subsidiaram ponderações acerca das formulações das identidades de mulheres na prostituição.

Palavras-chave: relações sociais de gênero. prostituição feminina. identidades.

ABSTRACT: *This work was obtained from the author's Doctoral Research, which studies construction of identities of prostitutes with the transversality of social relations of gender. Thus, there is prostitution, which can be understood as the act of giving of the body and sex to others in exchange for money, and thus becomes a “job”, even if not officially recognized in Brazil, but that many are fighting for it. It can be said that prostitution is a issue which instigates many people, condemned by several but can also state that is still a “search object” of many. Within this scenario, we can see the female prostitution as a big business, both in the sense of scale, as in the sense of financial transactions. And it is through this “profession” that we can understand some social representations of women and their characteristic identities, remembering that, the identity constructions are in*

* Discente do programa de doutorado em Serviço Social da Unesp/Franca-SP. Rua Filomena Presotto, 286 – Franca/SP. (16) 99360-3946, andreramoscarloni@hotmail.com.

** Professora Doutora do programa de pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca-SP. Orientadora. Av. Eufrásia Monteiro Petrágli, 900 – 14409-160 – Franca/SP. (16) 3706-8700, helenraiz@hotmail.com.

a certain time and space. In this way, the aim to find out how the processes of identity formation in front of the notorious gender imbalance in the female prostitution, among the many capitals of Brazilian States at the current time (2015/16). For this purpose, extended further in an extensive bibliographical research that addressed since books until recent and updated articles, movies and online reports, with a view to a qualitative approach. So, in an analysis of the dialectical method, was able to gather data on formatting of weights subsidized identities of women in prostitution.

Keywords: *social relations of gender. prostitution of woman. identities.*

INTRODUÇÃO

O Capitalismo representa um sistema econômico, o qual centra-se no modo de produção. Visa-se, cada vez mais, a obtenção de produtos para a venda, com custo baixo e alto lucro. No momento de seu advento, ele traz consigo o Capital, que figura o grande divisor entre outros sistemas anteriores e o atual. Vale lembrar que se entende capital pelo valor monetário circulante (dinheiro) e que sua produção (acumulação) se dá por meio do lucro, isto é, a mais valia.

Essa mesma produção de lucro gera a sociedade de classes, que é forjada na divisão entre duas classes, sendo aquela que vive do trabalho, que produz o lucro, e aquela que gerir, que usufrui deste lucro. Nota-se bem que mediante esta divisão aquele que produz não fica com o lucro, gerando a pobreza, e aquele que obtém o lucro tem o poder de compra e apropriada da riqueza que não é distribuída de forma igualitária, o que transforma os membros de nossa sociedade em desiguais, ou seja, com classes divididas.

Uma das peculiaridades mais destacadas no capitalismo é a questão social, a qual pode ser definida como um

conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Desta forma, vê-se que essa desigualdade, econômica e financeira que se aprofunda com a questão social no Capitalismo,

rebate em diversos âmbitos da vida humana, as quais se denominam expressões da questão social e que podem ser percebidas na cotidianidade, dentre elas as relações polarizadas de gênero. Transformando-se o que era uno em dois lados antagônicos.

O Serviço Social contribui ao trazer essa visão ampliada da realidade, tendo a possibilidade do estudo do ser humano, não somente como parte de um todo, ou como um grupo, mas também como um indivíduo, indivisível, único e, porque não dizer, necessário para a existência da vida na terra, tal qual o próprio corpo humano, com seus diversos órgãos, onde uma parte faltante compromete o todo. Percebe-se também que o homem e a mulher não são somente meros seres reprodutores de ações, mas, mesmo que realizem suas obrigações cotidianas de uma forma mecânica, o seu individual permite que suas ações sejam pessoais, no que concerne à maneira de se fazer, ao tempo, à habilidade, à capacidade, enfim, a diversos fatores específicos que distinguem cada um do todo. Nesta perspectiva, estudar o protagonismo humano, os processos emancipatórios são fatores importantes, visando à constatação das construções identitárias das mulheres que lidam com o sexo como trabalho.

A compreensão de um estudo se dá, sobretudo, pela acreditação conquistada por meio do método utilizado na pesquisa, o qual se constitui parte fundamental do trabalho de um pesquisador, pois a metodologia visa esclarecer o problema formulado, perseguindo eficientemente os objetivos do estudo, com o mínimo possível de interferência da subjetividade do pesquisador (SELLTIZ et al., 1965).

Assim, como busca de conhecimento sobre o assunto proposto utilizou-se de vasta pesquisa bibliográfica, que

a pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias (...) trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto. (LAKATOS; MARCONI, 2001, p.43-4)

Além disso, sua abordagem é qualitativa, que trabalha com realidades que não podem ser quantificadas. Assim, ela se destina a “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas” (MINAYO, 1995, p.22). Por meio dessa abordagem, visa-se obter dados descritivos, na busca de compreender os fenômenos pesquisados.

Por meio dessa técnica investigativa, buscou-se averiguar a possível presença de discriminações sociais de gênero. Além de esquadrihar a múltipla relação da mulher no cotidiano, que se dá de diversas formas e conteúdo, sendo profissional da prostituição, mulher, além de muitas vezes, mãe, esposa. Tudo isso, visando a conformação e construções das identidades de gênero.

A análise dos dados, a fim de se ratificar ou retificar os pressupostos norteadores da pesquisa, empreendeu-se mediante análise do método dialético, por meio da análise dos conteúdos, a qual possui dupla finalidade. A primeira consiste em verificar as hipóteses de pesquisa. A segunda é descobrir o que está imbuído, velado, oculto, nos conteúdos manifestos, o que permite ao pesquisador ir além das aparências, apreender o real sentido do exposto. Vale lembrar que o que é manifestado traduz aspectos presentes na consciência coletiva (GOMES apud MINAYO, 1995). Desta forma, essa se mostra adequada ao objetivo da pesquisa, pois permitiu compreender as gestões do contexto social, político e econômico que influem nas determinações de gênero que podem estar presentes na percepção do que foi pesquisado.

1 DESENVOLVIMENTO

Todo sujeito se forja no cotidiano dentro de cada espaço sociohistórico, o qual encontra-se mergulhado em caldos de cultura, economia, política, demografia, dentro de diversos outros aspectos que influenciam interativamente o cotidiano pessoal individual e coletivo.

Vê-se que a diversidade de raça, cor, sexo, gênero, dentre outros, entre os seres humanos é desprezada e a possibilidade da

existência entre homem-mulher como complementaridade não se torna condicional de existência.

Deste modo, tem-se que as prostitutas representam esta congruência entre os diversos fatores de preconceito e discriminação de nossa sociedade – mulher, prostituta e, a esses fatores, somam-se, muitas vezes, outros marcadores da diferença, tais como: classe, cor/raça, idade, estética, dentre outros.

A desigualdade limita e até impede o acesso a direitos. Para Engels, a desigualdade se formou desde que o homem é homem, no entanto, no atual estágio de evolução humana, verifica-se que há a possibilidade da construção de uma nova ordem societária apoiada na igualdade de oportunidade, visando a total integração social dos seres humanos.

2 PROSTITUIÇÃO

Inicialmente, ressalta-se que em todo o contexto do estudo apresentado, entende-se, prostituição, como a existência de mulheres reservadas a este propósito (de realização do sexo a satisfazer outra pessoa) e recebendo um pagamento por isso (característica mercadológica).

Desta forma, então, pode-se dizer que a prostituição nem sempre existiu. Na pré-história, a sexualidade dos seres humanos poderia, muito bem, se dar de forma livre, não importando o momento, nem sequer o lugar, importava o desejo do sexo pelo companheiro masculino, desde que este fosse lícito. A exemplo disso, tem-se que todos os grupos de caçadores e coletores que foram estudados mostram que, nessas sociedades, a prostituição não existia. (ANNAUD, 1981; HÉRITIER, 2012).

No estudo sobre a antiguidade, Hérítier (2012) detectou que, entre os agricultores africanos, como os Samo, havia mulheres selvagens, ou seja, que não tinham maridos para “domesticá-las”. E viviam de maneira independente como os homens e podiam ter parceiros sexuais esporádicos, mesmo não sendo prostitutas, pois elas não aceitavam pagamento por esses serviços.

Isto não quer dizer que elas jamais tiveram maridos. Entre os Samo, todas as jovens se casavam, sem exceção, mesmo que fossem desfavorecidas pela natureza ou por doença. Quando se tornavam viúvas, ou após uma separação acordada, amigável, algumas se recusam em retornar sob o controle do pai ou do irmão. Assim, elas se tornavam livres e então selvagens. Elas ganhavam sua vida e estavam livres inclusive em sua sexualidade. Se elas concebiam filhos, estes eram atribuídos a um amante e não a um marido que teria direitos sobre elas.

Pode-se dizer então que, em diversas sociedades primitivas que se assemelham à de nossos ancestrais, encontram-se exemplos de liberdade sexual, mas não de prostituição.

Já nas sociedades dos caçadores e coletores, constituídas em pequenos grupos que viviam da natureza, Héritier (2012) analisa que não há tampouco a possibilidade de existência da prostituição.

Um dos focos importantes para se entender a prostituição hoje, é visualizá-la no passado. Ela surgiu na antiguidade, mais precisamente, por volta dos anos 2400 a.C. (ROBERTS, 1998). E seu início se deu em um nebuloso espaço isocronamente entre religião e família. Nos ritos religiosos eram reproduzidos a ação divina, onde os cultos da deusa-amante tinham como essência a união dos homens com a prostituta sagrada, que eram homens ou mulheres, geralmente castrados (FERROUL, 2005). Acreditava-se que essa união trazia rejuvenescimento à genitália masculina e seus efeitos se estenderiam à fertilidade do rebanho e do solo.

Dentro das famílias também, o hábito oriental comum era de oferecer as mulheres da casa aos hóspedes de passagem em prova da hospitalidade. Em épocas históricas, as quais conservou-se os escritos, esses comportamentos acabavam sendo pagos, e os santuários iam se enriquecendo com somas pagas por seus fiéis que desejavam completar o rito, e os chefes de família também, mediante os préstimos das mulheres de sua propriedade. A prostituição torna-se um negócio de dinheiro. Os responsáveis dos estados, na Babilônia como em todo o Oriente-Médio não se deixava escapar esta fonte de recursos e se puseram a criar suas próprias casas de

prostituição. As prostitutas se multiplicavam ao redor dos templos, nas ruas e nas tavernas (FERROUL, 2005).

No entanto, em papiros egípcios detectou-se que, nos campos de construções das pirâmides, havia traços verdadeiros de prostituição, tavernas, onde operários encontravam “moças públicas”, já que o reconforto dado aos homens eram feitos mediante pagamento a estas mulheres. No Egito, quando as prostitutas sagradas passaram a trabalhar fora dos templos, pode-se dizer que surgiram as primeiras prostitutas de rua (ROBERTS, 1998), já que exigiam pagamento pelo serviço. O motivo talvez é que, para Hérítier (2012), o Egito era uma sociedade muito hierarquizada, com operários a serviço do faraó, distantes de suas famílias, e de suas esposas. E a partir do momento que o Estado, comércio, formas de artesanato e de indústrias, coletividades mais amplas, início de vida urbana, passavam a existir, formava-se então, o cenário para o desenvolvimento da prostituição.

É de se ressaltar que a prostituição não era vista como algo degradante, Roberts (1998) mostra que, no Egito, mesmo quando as prostitutas sagradas passam a trabalhar e receber pelo trabalho, o sexo ainda era visto como sagrado, não havendo moralidade puritana, que estigmatizava essas mulheres.

A prostituição começa com o pagamento, já que, o ato sexual não aconteceria se não houvesse pagamento. O pagamento desse tipo de serviço, segundo Hérítier (2012), corresponde a uma degeneração de um uso muito antigo: o dolo. Quando havia abuso ou estupro de uma moça, o pagamento era feito aos homens de sua família. O prejuízo não era à moça, mas sim, de sua família, seguindo regras bem precisas, pois a moça tinha perdido uma parte importante de seu valor, enquanto objeto de troca. Tratava-se, geralmente, de compensação em dinheiro, igualmente estabelecidas por outros tipos de prejuízo: furar o olho, cortar um dedo, dentre outros.

Hérítier (2012) acredita que se passa do dolo à prostituição em uma fase de guerra. Quando os homens encontravam uma garota perdida no mato havia o estupro e o pagamento era dado à própria moça. O que significava que ela não podia mais reclamar, e

assim, constituiu-se o hábito – violava-se uma moça, pagava-se e a prostituição começa.

Daí o sinal de dominação masculina, as moças eram consideradas um objeto de troca, um valor, que os homens trocavam, a fim de poder se reproduzir e terem filhos.

No mundo de hoje, e neste momento ressalta-se o Brasil, vê-se que tem três concepções da prostituição,

3 GÊNERO

Amplamente estudadas na área das ciências sociais, tanto quanto a questão social, aparecem as relações de gênero, ou igualmente conhecida como relações social de gênero e até por relações sociais de sexo. São termos que possuem o cerne de estudo idêntico, no entanto, acredita-se que este último, traz uma noção de maior refinamento acerca do processo de surgimento da dualidade de gênero, masculino e feminino (DUNEZAT, 2010).

A sociedade ocidental se encontra constantemente dividida, sobretudo em dois pólos, podendo haver mais subdivisões, no entanto, a binaridade se faz presente o tempo todo. Essa binaridade, muitas vezes, desloca a diferença e riqueza de escolha para a desigualdade, isto é, à medida que se escolhe um elemento, exclui-se o outro, deixando-o não mais com a característica de complementaridade, de dicotomia, mas sim de contraditoriedade, de rechaço.

Desta forma, percebe-se que não há mais espaço para dois elementos distintos ocuparem o mesmo lugar, a ideia é de que um exclui o outro, mesmo que estes sejam complementares. Segundo Hérítier (2012), a binaridade se encontra presente desde o primórdio do ser humano, o que muitas vezes facilita a compreensão comum, rápida e imediata, ampliando a noção do objeto ou sujeito do qual se fala ou imagina. A binaridade se constitui, principalmente, no que concerne ao binômio, confirmando esta repartição: quente/frio, rico/pobre, pesado/leve, velho/novo, duro/mole, bom/ruim, ativo/passivo, rápido/lento, forte/fraco, corajoso/medroso, heterossexual/homossexual, branco/preto, sério/frívolo, móvel/imóvel, abstrato/

concreto, teórico/empírico, racional/irracional, transcendente/ imanente ou mesmo cultural/natural.

Estes binômios, muitas vezes, extrapolam a conceituação e o mundo das ideias e se insere no âmbito da realidade dos seres humanos, trazendo ao cotidiano a exclusão de sujeitos, não permitindo, tampouco, valorizando a individualidade e subjetividade de cada um. Neste viés, vários foram e são os momentos em que se criaram impedimentos para a igualdade entre homens e mulheres, ou seja, o conceito de Relações sociais de sexo é algo relacional, só se entende o papel das mulheres, quando se lê o papel dos homens, a sujeição é algo aprendido e apreendido pelas mulheres, enquanto a autoridade, muitas vezes, austera, é considerada algo natural do macho.

Um destes períodos ocorrido foi a patriarcalismo, embora tenha sido uma teoria política que surgiu na Inglaterra no século XVII, que defendia o conceito de poder absoluto para a monarquia, foi através da linguagem que se enfatizou o poder “paterno” do rei sobre o estado e seus súditos, há um reflexo até hoje nas diversas sociedades do mundo.

O patriarcalismo está representado pela tradição sagrada, crença, carisma, relações de autoridade tradicionais. A dominação patriarcal fundamenta-se na “tradição”, na crença, na inviolabilidade daquilo que foi assim desde sempre, assim, a submissão é pessoal ao senhor, não-estatuídas, apenas sagradas pela tradição, outorgando-lhe poderes de forma ilimitada e arbitrária, dentro da convivência especificamente íntima, pessoal e duradoura. Ela se dá, sobretudo, pela superioridade normal da energia física e psíquica do homem. Vale lembrar que o poder paterno não se baseia em vínculos de sangue reais, porém, tem o poder doméstico sob o aspecto de propriedade (WEBER, 2004).

Desta forma, entende-se que a dominação é um dos elementos mais importantes da ação social, isto é, a estrutura de dominação e seu desenvolvimento moldam a ação social, sendo considerado um tipo de poder, que pode agregar ou separar, ocorrendo em várias instâncias. Seus detentores não têm interesses puramente econômicos, mas, isto é uma consequência frequente.

Ela ocorre devido à virtude de uma constelação de interesses, de autoridade, ou seja, uma vontade manifesta do “dominador” em influenciar as ações de outras pessoas. O mandado pode ser cumprido por convicção de sua conformidade, por um sentimento de obrigação, por medo, por “mero costume” ou por causa de vantagens pessoais, sem que a diferença tenha necessariamente importância sociológica. Obedece-se às regras e não à pessoa, ou então baseia-se o poder de mando em autoridade pessoal.

Nesse sentido, houve e há várias conquistas femininas, principalmente pelo movimento feminista, com a luta contra o “poder do macho”, o qual exclui as mulheres, creditando-lhes a incapacidade e impossibilidade de realizar as mesmas tarefas que os homens. Como exemplos, pode-se citar, maior participação das mulheres no mercado de trabalho e no mundo político, além da liberdade de escolha com quem e como querem estabelecer as relações conjugais. Assim, pode-se dizer que esses fatores contribuíram para que as mulheres conquistassem certa emancipação social.

Neste momento, acredita-se ser pertinente esclarecer que entende-se emancipação pela idéia da condição humana potencializada como liberdade e autonomia, voltada a outra sociabilidade com consciência, responsabilidade e respeito, ou seja, imbuída da dialogia (do individual para o todo). Vale ressaltar que a emancipação social encontra-se dentro da noção de emancipação humana que é uma autorrealização humana, ou seja, é a conquista da igualdade política, humana e social entre os seres, chegando aos patamares de cidadania, para tanto, há a necessidade de se eliminar a desigualdade social existente nos dias atuais (LUIZ, 2005).

As pesquisas entre subjetividade e trabalho mostraram, em primeiro lugar, que os estereótipos sexuais, as identidades sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados (HIRATA, 2002, p.19), dando o tom de desigualdade nos diversos âmbitos do cotidiano. Isto porque, desde a entrada da mulher no mercado de trabalho tornou-se inegável esta concepção social, uma vez que historicamente o lócus destinado a esta era apenas o mundo privado.

Neste mesmo viés, vê-se que o trabalho das profissionais do sexo mostra ligação com estes dois vieses principais, quais sejam, a saída da mulher do lar, para o mercado de trabalho de âmbito público e também de um trabalho acobertado pela moral societária, para seu desvelamento e exposição pública, impondo, muitas vezes, o poder do feminino.

A realidade sociohistórica brasileira, e conforme diversas leituras de pesquisa, inclusive mundial, é marcada pelo estigma da desigualdade social, que é fruto da questão social, a qual se configura como uma mediação que perpassa todas as relações sociais. Assim, é neste contexto histórico que se circunscreve as relações de gênero, onde o homem se configura como o gênero superior, detentor da razão e de toda moral e a mulher, por sua vez, encontra-se relegada a um papel secundário, inferior, subalterno ao gênero masculino.

A forma como são erigidas as relações sociais no âmbito da constituição familiar e do mercado de trabalho se parecem e ratificam a concepção da supremacia do homem, tendo a mulher um trabalho menos reconhecido social e financeiramente.

As relações sociais de sexo são um fenômeno existente desde os primórdios da humanidade, gerando a divisão sexual e social da vida e do trabalho. Estas relações perpassam por toda a sociedade, homens e mulheres vivenciam situações divergentes em todos os âmbitos, familiar, político, econômico e social.

Todavia, as adversidades são mais arbitrárias para as mulheres, pois culturalmente foram constituídas como o sexo frágil, o sexo destinado à reprodução da espécie e da cultura informal, que tal como é concebida consiste em um forte instrumento de opressão feminina. A sociedade historicamente é marcada por um caráter androcêntrico, que subjuga a mulher a uma posição socialmente inferior. Ao pautar-se nessa categoria socialmente construída, o sexo feminino torna-se o “segundo sexo”, instaura uma oposição entre as duas categorias representantes da espécie humana, permeada de poder, submissão, exploração e inferioridade. Essas relações

antagônicas são objeto de estudo das relações de gênero (relações sociais de sexo).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou e busca-se construir a reflexão acerca das construções identitárias, a ponto de se conseguir por meio da compreensão do passado, trabalhar o presente, dentro dos limites éticos, para edificar um futuro com igualdade social, o que beneficia a emancipação humana, a qual se faz na pluralidade dos sujeitos coletivos e individuais. Neste viés, refletir também formas de enfrentamento, a fim de verificar o protagonismo destes sujeitos pesquisados.

Acredita-se que o alcance dos objetivos em uma sociedade pauta-se, sobretudo, por meio de um compromisso do Estado junto à população que contemple as minorias sociais e reconheça os valores éticos com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social (CFESS, 1993), através de políticas sociais e legislações efetivas. Pois estas permitem um sistema de garantias de direitos que contribui para o processo da reflexão crítica acerca da dinâmica societária.

Esta pesquisa teve o intuito de analisar a condição das mulheres prostitutas, a fim de que se possa construir formas de enfrentamento à problemática da exclusão de certos segmentos de nossa sociedade, pois todo sujeito o é pela formação em que se insere dentro de determinados espaços e tempos. Deve-se apostar no protagonismo desses sujeitos – as prostitutas – não excluindo seu lado como objeto de desejo sexual, pois este é o clamor de que elas necessitam para executar seus trabalhos, mas trazendo-lhes a perspectiva também de sujeitos de direitos.

Verificou-se que a temporalidade dos fatos faz com que as ações perante as prostitutas se deem de formas diversas, e assim, nos dias atuais, a sensualidade da mulher, o sexo, mostram-se como barreiras do cotidiano moral de nossa sociedade contemporânea.

Desta forma, questiona-se se o não-reconhecimento profissional das prostitutas, submetendo-as a formas precárias

no mercado de trabalho, poderia inseri-las em um cenário de desigualdade e submissão.

Vale lembrar que para esta pesquisa, entende-se por igualdade aquela que proporciona a oportunidade equiparável entre todos os sujeitos em seus determinados segmentos sociais, a fim de que todos e cada um possa lutar pelas mesmas possibilidades com equiparável “poder”, mesmo porque todos têm habilidade e competências próprias e pessoais.

REFERÊNCIAS

ANNAUD, Jean Jacques. **A Guerra do Fogo**. França/Canadá, 1981.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo**. São Paulo, S/d.

BOURDIEU, Pierre. **La Domination Masculine**. Paris: Seuil, 1998

DUNEZAT, Xavier; HEINEN, Jacqueline; HIRATA, Helena; PFEFFERKORN, Roland (coord.). **Travail et rapports sociaux de sexe**: rencontres autour de Danièle Kergoat. Paris: L'harmattan, 2010

FERROUL, Yves. **Pour une histoire de la prostitution**. 2005. Disponível em: <<http://www.sexodoc.fr/pages/histprostitutin.html>>. Acesso em: 19 de janeiro de 2016.

HÉRITIER, Françoise. **L'origine de la prostitution**. Paris: Antenne OLF 54, 2012.

_____. **Masculin, Féminin**: La pensée de la différence. Paris: O.Jacob, 1996.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo, Cortez, 2003

LUIZ, Danuta E. Cantoia. **Emancipação e Serviço Social**. Ponta Grossa: UEPG, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Et al.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ROBERTS, Nickie. **As Prostitutas na História**. Editora: Rosa dos Tempos, 1998.

SAFFIOT, Helleieth Iara Bongiovani. **O Poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de Pesquisa das Relações Sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Capítulo IX. Sociologia da Dominação. Seção 1, 2, 3, 4, 5. São Paulo: UNB, 2004.